

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Sandro da Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda a Medida Provisória n. 568, do governo federal.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à campanha nacional de vacinação contra a poliomielite; defende uma Defensoria Pública em Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta preocupação com relação ao vírus H1N1.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda problemas em várias áreas do Executivo estadual; questiona a negação do governo estadual com relação ao pré-vestibular da UFSC.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta-se a respeito da área da saúde no estado catarinense.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à questão da educação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda o transporte público no estado; registra que está completando 20 anos de casado.

DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Registra o lançamento na manhã de quinta-feira do 1º Seminário da Região Sul do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Manifesta-se a respeito da Rio+20.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à segurança pública.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pronuncia-se a respeito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece considerações a respeito da conferência dos legislativos e legisladores estaduais, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar a Asaprev, de

Blumenau, sob a presidência de Nildo de Novaes e Suzete de Novaes, que é também presidente da nossa Federação dos Aposentados de Santa Catarina, e registrar a presença deles nesta Casa, juntamente com senhoras e senhores do meu município.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os deputados da Casa, mais uma vez cumprimentar o deputado Sandro da Silva que aqui vem representar muito bem o planalto norte, além do estado de Santa Catarina.

Ocupo este espaço na tribuna primeiramente para falar sobre a irresponsabilidade da Medida Provisória n. 568, do governo federal, do governo que defendo, editada no ministério do Planejamento sem nenhuma discussão com a categoria de profissionais médicos da rede pública federal.

Não estou aqui fazendo nenhuma defesa corporativa, até porque não fui eleito pelos médicos. Muito pelo contrário, uma parte sempre votou contra mim. Mas não dá para entender como é que se edita uma medida provisória desse jeito que reduz pela metade os salários de mais de 40 mil médicos.

O governo reconheceu o grande equívoco dos arts. 42 a 47 da Medida Provisória. Primeiro se faz a bobagem, não se discute com as categorias. É impressionante que num ministério daquele tamanho não tenham visto isso. Iam acabar com a carreira médica.

Inicialmente, a medida provisória era para fazer adequações de carreira de estado, mas a proposta feita simplesmente ampliava a carga horária para 40 horas sem ter o salário compatível ou reduzia pela metade de quem já estava há 20 anos, 30 anos fazendo 20 horas no serviço público, pela característica do trabalho médico.

Então, é impressionante que um governo que está indo tão bem economicamente, com todos os seus avanços, tenha cometido um ato falho tão grave, simplesmente por falta de ouvir.

Não estou recriminando, mas este governo da presidente que defendo e que ajudei a eleger, no Partido dos Trabalhadores, tem que acabar um pouco com os tecnocratas, senão do dia para a noite corremos o risco de virar um governo sem alma, coisa que tinha de sobra no governo Lula.

Então, fica aqui a nossa posição. E a ministra Ideli Salvatti já anunciou que o governo vai rever, que foi um erro, foi um equívoco, mas é impressionante levar seis meses para enxergar tamanha burrice. Coisa que já aconteceu na Previdência Social em relação aos peritos, porque grande parte da fila de espera que tem nas perícias médicas da Previdência Social é responsabilidade administrativa, foi erro de gestão.

Fiz questão de salientar isso para o ministro da Previdência em Brasília, pois antes não se levava mais de uma semana para fazer uma perícia, hoje se leva um ano em muitos casos. E a Justiça está obrigando, ou seja, depois de 15 dias a União tem que automaticamente pagar.

Está certo. E esse custo no bolso do estado é para aprender a olhar melhor essa questão de gestão.

Quero aqui fazer o registro de que na semana passada visitei o Hospital Infantil de Florianópolis, onde tive o privilégio de estudar quando fazia Medicina, em Florianópolis, e fiquei estupefato quando vi os professores e funcionários dando um abraço simbólico na entrada do hospital. Eu disse que quando me formei tive o privilégio, mas hoje quem se forma e depende daquele hospital vive o ostracismo.

De 180 leitos deste hospital que é uma marca do estado, 80 estão desativados por falta de profissionais. O hospital referência do estado de Santa Catarina tem crianças amontoadas, como vimos, em corredores. Hospital este que faz parte do Hospital Universitário que forma médicos, enfermeiros e profissionais.

Então, quando foi feito aquele abraço simbólico, fui lá acompanhar, fui me inteirar dos fatos, porque é inacreditável que num estado como

o nosso o único hospital infantil com o porte do que temos, de 180 leitos, tenha 80 leitos fechados em plena entrada de inverno, com gripe H1N1, doenças respiratórias etc.

Será que isso é cuidar de gente? Até quando o estado vai ver o desgoverno da gestão dessa secretaria da Saúde? E aí ficam pensando em equipamentos, ressonância para lá, tomografia para cá, como troca de moeda eleitoral.

Não se concebe um estado como o de Santa Catarina, com o Hospital Infantil que é o único do estado neste porte, ter 80 leitos fechados.

Esperamos resposta logo, porque isso é inconcebível num estado do nosso porte. Um estado, deputada Ana Paula, para o qual nosso governo federal vai liberar R\$ 3 bilhões, e o governo se reúne para ver como é que vai aplicar isso.

Olhem que não tenho feito muitas críticas contundentes ao governo, não. Tenho feito uma oposição muito propositiva. Mas a situação do Hospital Infantil de Florianópolis é um despropósito com a sociedade catarinense.

Ontem, também, recebi no meu gabinete os alunos secundaristas do pré-vestibular das escolas públicas, da parceria que tinham o estado e a Universidade Federal.

E não me venham dizer que o governo federal não está fazendo a sua parte, porque não é verdade. Porque a *expertise*, a instituição e a estrutura colocada pela Universidade Federal valem muito mais do que o estado coloca, que é para atender aos alunos da rede pública estadual.

De três milhões que havia num convênio, com dois dava para continuar fazendo, e botar, como nós botamos, mais de cinco mil alunos/ano nas universidades públicas fora deste estado.

Na semana que vem a Fapeu, que é vinculada à Federal, estará demitindo os professores porque o governo ainda não tomou posição e não disse para que veio. Disse que a partir de agosto o estado vai fazer, porque disse que tem que fazer como mais barato.

Só se é como os livros do *bullying*, em que gastaram sete milhões, ou dos DVDs da questão das

cotas raciais, que custou mais seis milhões e pouco, ou do preço das escolas e das reformas neste estado.

Fui numa escola em Rio do Sul, onde gastaram R\$ 140 mil para reformar um banheiro; aí não tem dinheiro para abrir esses espaços para incluir alunos de escola pública.

É impossível de, aqui neste plenário, aceitar a falta de sensibilidade, que não é falta de sensibilidade por falta de dinheiro, é por problema de gestão.

Espero que o governo Colombo esteja vendo muito bem isso, porque na Saúde já provou que este secretário não serve, está muito claro. Na Educação substituíram. O outro era do preço superfaturado, como aqui comprovamos e está tendo resposta no Ministério Público. E as outras ainda vêm.

Agora, espero que o atual secretário Eduardo seja tão visionário quanto foi o Luiz Henrique, quando elaborou esse processo de parceria, porque 1,8 milhão para a secretaria da Educação do estado não me venham dizer que é dinheiro, porque não é. Isso é dinheiro de café.

É preciso ter uma gestão coerente com aquilo que se propuseram durante a campanha.

Portanto, se disseram, então que cumpram com o estado de Santa Catarina os compromissos eleitorais assumidos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados assistentes, delegação de Blumenau presente, também os nossos representantes das rádios comunitárias, o João Santin, a nossa companheira de Curitibanos, que está sempre na linha de frente, a minha saudação a todos vocês.

Gostaria de abordar dois temas. O primeiro refere-se mais à informação, até pela importância,

já que nesta manhã o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fez uma divulgação mais efetiva da Campanha Nacional de Vacinação contra a poliomielite, deputada Ana Paula Lima. Essa campanha inicia no dia 16, neste sábado, e estende-se até o dia 6 de julho; será realizada em parceria com os estados e municípios.

Aliás, essas campanhas nacionais são sempre realizadas com os estados e municípios e somente têm sucesso com a participação efetiva destes. É uma grande campanha que pretende imunizar praticamente todas as crianças menores de cinco anos, hoje são em torno de 13 a 14 milhões nessa situação.

Esse programa nacional de imunização é um dos maiores gratuitos do mundo. E, segundo informa o ministro, ele vem contribuindo para diminuir a mortalidade na infância no Brasil. Lembra também que não há nenhum caso de pólio registrado no país em 23 anos. Talvez isso fosse motivo para alguém até dizer que a campanha não seria necessária, mas é justamente por elas acontecerem que é importante mantê-las, porque o vírus da pólio, causador da enfermidade, pode ser introduzido no Brasil, uma vez que ele ainda circula no mundo. Então, eu gostaria de fazer o registro da importância da campanha contra a pólio.

A segunda questão que gostaria de levantar, nesta tarde, na verdade, é um assunto ao qual iremos voltar com mais detalhes, em outras ocasiões, sobre a Defensoria Pública em Santa Catarina. Hoje inclusive tivemos, no âmbito da comissão de Finanças e Tributação, deputado Antônio Aguiar, a presença do secretário de estado da Fazenda, dr. Nelson Serpa, do presidente da OAB e do procurador-geral do estado, abordando sobre a dívida de Santa Catarina, com um valor de R\$ 90 milhões com os defensores dativos, através do convênio com a OAB em nosso estado, que tem gerado preocupações, porque em muitas regiões esse atendimento está suspenso. E quem perde com isso são aqueles com menor recurso financeiro, que ficam sem acesso à Justiça, às vezes, em momentos mais necessitados.

Agora tramita nesta Casa uma emenda constitucional criando a Defensoria Pública em Santa Catarina e também um projeto de lei complementar que dispõe sobre a sua organização. Estamos preocupados, porque apenas 20 defensores serão autorizados em concurso com a sede na capital e apenas em 13 cidades regionais. Lembrando aqui que Curitiba está fora dessas defensorias dativas regionais. Até fizemos uma emenda para isso e também para incluir o município de Concórdia. É um absurdo! Uma região enorme daquelas não ser sede de uma defensoria dativa.

Agora mais do que incluir esses municípios, o que me preocupa é que estão sendo criados apenas 60 cargos de defensores dativos e apenas 20 serão autorizados a serem preenchidos no primeiro concurso.

Fico imaginando como é que 20 defensores dativos vão dar conta de toda a assistência judiciária gratuita em quase 300 municípios de Santa Catarina. É absolutamente impossível, e temo que em vez de melhorar estejamos piorando aquilo que tem hoje.

É claro que está aqui prevista a possibilidade de convênios com instituições, com universidades, com a própria OAB, e o próprio procurador fala em implantação gradativa. Mas temos uma grande preocupação com isso, estamos apresentando emendas para aperfeiçoar o projeto e vamos estar atentos na tramitação para, pelo menos, tentar garantir que a Defensoria Pública em Santa Catarina possa minimamente funcionar de acordo com o que preconiza a Constituição Federal.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Novamente, srs. parlamentares, temos a visita nesta Casa de 35 aposentados da cidade de Blumenau, juntamente com o presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos,

sr. Hildo Mário de Novaes, que está com esses senhores e senhoras, e também o presidente da Federação Catarinense de Aposentados e Pensionistas, sr. Iburici Fernandes. Já os saudei, e eles estão acompanhando a sessão na tarde desta quarta-feira.

Sejam muito bem-vindos a esta Casa do Povo!

Sr. presidente, o deputado Jailson Lima hoje já falou sobre saúde, e o meu assunto também é a saúde.

Sou enfermeira de profissão, e o que me está causando uma preocupação muito grande... E reporto-me ao ano de 2008, quando vivenciamos uma tragédia anunciada, qual seja, os desastres naturais em Santa Catarina, srs. parlamentares.

Naquela época, reportando-me ao ano de 2008, eu, na minha cidade de Blumenau, ouvia a rádio e a rádio dizia à população: "Calma população, calma, senhores e senhoras, porque não vai dar enchente em Blumenau."

Eu estava assustada, porque gato escaldado tem medo de água fria. Sou moradora daquela cidade, crio os meus filhos lá, a minha família mora lá. E com o nível de chuvas em 22, 23 de novembro, já estava preocupada com o anúncio da rádio.

Essa preocupação vem acontecendo novamente, mas em relação a outro tema, ao da saúde. Estou preocupada com o número elevado de notificações de pessoas portadoras do vírus H1N1 da gripe A, não somente com as pessoas que foram diagnosticadas, mas com as pessoas que foram mortas devido ao contágio dessa gripe. E a minha pergunta é a seguinte: O que está faltando? Acho que está faltando prevenção no município de Blumenau.

Essa palavra deve ser observada pela administração da minha cidade. Recordo-me, como falei antes, da catástrofe de 2008, quando falavam que não ia dar enchente. E agora é a mesma coisa com a questão da gripe. Naquela época, a tragédia castigou Blumenau em 2008, e mais uma tragédia está castigando a nossa cidade, que é a questão da gripe A, do vírus H1N1.

É uma situação lamentável, srs. parlamentares e público que nos assiste pela TVAL. Lamento que

essa tragédia esteja envolvendo a área da saúde. E isso merece realmente uma atenção especial, porque a situação é especial.

A população precisa confiar nas ações desenvolvidas e nas ações que precisam ser empreendidas para que a doença não avance ainda mais.

Temos pessoas morrendo por causa do vírus H1N1; temos pessoas doentes e internadas por causa da gripe A.

Vacinaram as crianças e os idosos. E agora as pessoas que possuem doenças crônicas estão sendo vacinadas também. Mas quem está morrendo na cidade de Blumenau e na região do vale de Itajaí são pessoas que não estão no grupo de risco. Hoje mesmo um jovem de 29 anos morreu na cidade de Blumenau, no Hospital Santo Antônio, por causa da gripe.

Então, a preocupação com isso também me levou a fazer uma indicação ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, ao ministério da Saúde e também à nossa ministra Ideli Salvatti, ao presidente do Fórum Catarinense, deputado federal Décio Lima, para agirmos em conjunto nessa tragédia anunciada, que é a questão da gripe A.

Já informamos ao secretário de estado da Saúde, sr. Dalmo, na semana passada, de que precisamos de mais vacinas em Blumenau, porque o número de casos é maior naquela região. Mas ele falou que não havia mais vacina. Mas existem ações em Blumenau de empresas e do diretório central dos estudantes. Eles estão comprando vacinas para vacinar a população. E por que não há uma medida mais emergencial? Por que não proteger a nossa gente que está sofrendo, alarmada inclusive com essa preocupação?

Hoje eu comentava com o deputado Volnei Morastoni e com os técnicos da secretaria de estado da Saúde que talvez em Blumenau estejamos fazendo o diagnóstico tardio. Será que os postos de saúde em Blumenau estão preparados? Será que a equipe de enfermagem está preparada para diagnosticar se é gripe comum ou gripe A? Será que os postos de saúde de Blumenau não podem fazer uma

medida preventiva, atendendo até as 22h, inclusive nos finais de semana, e orientando a população de que além da vacina pode-se prevenir a gripe A com algumas ações, como a lavagem das mãos, como num simples resfriado procurar um médico em 48h? Será que esses médicos estão atendendo à população adequadamente?

Ontem assistia nos jornais que a Vila Germânica está superlotada de pessoas esperando atendimento médico, todas gripadas. O diagnóstico tardio é morte certa. E se há diagnóstico de sintomas de gripe A, por que então não podemos medicar a população com tamiflu, uma medicação que cura e inibe a gripe A, o vírus H1N1?

O que está faltando mais acontecer em Blumenau ou na região do médio vale do Itajaí para termos a ação das autoridades responsáveis por essa área, que são os secretários municipais, os prefeitos, o secretário de estado da Saúde, o governador, não descartando também o ministério da Saúde? Quantas mortes haverá ainda? Quantas pessoas vão morrer para as autoridades responsáveis tomarem uma providência?

Não basta apenas fazer uma propaganda milionária e dizer que a nossa cidade é a melhor para se viver, e é, precisamos também de propaganda de prevenção da gripe. A população está alarmada e quer informações. A pessoa que está com gripe corre o risco ou não de ter o vírus H1N1?

É lamentável mais essa morte. Houve 37 casos e dez mortes apenas na região do vale do Itajaí. Santa Catarina é menor do que o Paraná e o Rio Grande do Sul em área territorial e em população, mas 88% dos casos de gripe A estão neste estado. E a população reclamando, não sabe se vai para o hospital ou para o posto de saúde.

Diante da gravidade desse problema protocolamos uma indicação a ser enviada ao governador do estado, ao secretário da Saúde, para que possam fazer ações mais efetivas na região onde há um alto índice.

Espero que não tenhamos mais óbitos. Espero prevenção. Espero que o nosso governante de Blumenau possa fazer ações mais eficazes de

orientação; que possam através dos meios de comunicação orientar o nosso povo.

Quais são os sintomas da gripe? O que difere da gripe comum? Quais as maneiras de contágio? Qual a forma de prevenção, além das vacinas necessárias? Porque os que estão indo a óbito em nossa cidade são pessoas que não estão no grupo de risco. São jovens acima de 20 anos até a idade de quase 50 anos que estão morrendo; não foram vacinados, não tiveram o diagnóstico preventivo para tomarem a medicação e não irem a óbito.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, servidores e servidoras deste Poder, pessoas presentes aqui na tarde de hoje, quem nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o deputado Jailson Lima começou a falar aqui de um possível endurecimento, de uma possível falta de alma do governo federal com relação ao trato dos profissionais de Medicina que são servidores federais. E citou outros vários casos que de fato demonstram preocupação.

São questões sociais efetivamente preocupantes, como as do Hospital Infantil, a que s.exa. se referiu. E lá existe um conjunto grande de leitos desativados, assim como em outros vários outros hospitais, senão na totalidade dos hospitais públicos do estado de Santa Catarina. São leitos desativados, equipamentos obsoletos por falta de uso e de funcionários, de profissionais.

Vi aqui e acompanhei em outras oportunidades o deputado Kennedy Nunes revoltado com a situação em Joinville, do seu hospital regional, com relação à falta de instalação, de ativação de salas cirúrgicas.

Evidentemente que continuamos a nossa reflexão de que se não tiver uma política pensada de forma tecnocrática, sim, para justificar e

legitimar uma posição que pretende transferir para a iniciativa privada a administração e gestão desse serviço...

E quando, enfim, se faz a licitação, se consegue fazer a licitação, apesar da resistência dos servidores e de setores da sociedade, aí começam aparecer recursos para essas instituições. Recursos que até então não existiam, por exemplo, o Samu. Possivelmente, o hospital regional - que agora está na lista para ser transferido para uma organização social, uma entidade civil de direito privado, um grupo privado para administrar um hospital público - por certo, deputado Kennedy Nunes, quando for transferido para uma organização social, uma entidade privada, é possível que apareçam recursos públicos evidentemente para ativar as salas cirúrgicas que o senhor demanda.

E falando de insensibilidade, e concordo plenamente com o deputado Jailson Lima das insensibilidades do governo federal, s.exa. citou um caso específico, e poderíamos citar vários outros, mas não é o caso neste momento, faremos em outro momento oportuno.

Na manhã de ontem, infelizmente tivemos a oportunidade de acompanhar nesta Assembleia Legislativa, no âmbito da comissão de Educação, mais uma vez pessoas chorando literalmente por, na minha avaliação, falta de sensibilidade política do governo do estado.

Eu já tinha visto numa legislatura anterior, num mandato anterior e num governo anterior pessoas chorando nesta Assembleia Legislativa. Eram servidores da Saúde, quando por um voto não conseguimos aprovar a aposentadoria especial; eram praças, esposas de praças, filhos e filhas de praças, quando fomos injustiçados aqui no ano de 2009; eram professoras e professores já nos anos anteriores e também no ano passado. E ontem foi a vez de estudantes secundaristas, pais e mães de estudantes secundaristas, por conta daquilo que já foi discutido neste plenário outras vezes. E quero aproveitar para falar no momento em que os estudantes não estão aqui, justamente para não ter o risco da acusação de que estamos insuflando

sentimentos de jovens contra o governo do estado. Estou falando num momento em que eles não estão aqui. E por isso e também por isso vou falar dessa forma, embora tenha falado nessa mesma direção todas às vezes também com eles aqui presentes.

O curso pré-vestibular, o chamado pré-vestibular da UFSC, existe desde 2003. Foi um belo projeto, um desejo, um sonho, uma demanda do movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, inclusive no começo da década de 90.

Desde 2008, quero registrar, no governo Luiz Henrique da Silveira, e os deputados que estavam aqui sabem que não tenho nenhum motivo para elogiar o seu último mandato, mas o governo Luiz Henrique da Silveira passou a contribuir, a financiar, a ajudar a Universidade Federal de Santa Catarina para realizar o curso pré-vestibular. A UFSC com toda estrutura, com voluntários, com profissionais, com instalações e o governo do estado com algum recurso financeiro, que no ano passado parece-me que foi 1.800 mil, os quais contribuíram para que 3.100 adolescentes, jovens concluintes do segundo grau em escola pública, realizassem o curso pré-vestibular no ano de 2011, de um total de 14 mil que se inscreveram. E para este ano o curso já deveria ter começado. Mas o governo do estado não renovou o convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. E o que é pior, ficou enrolando até recentemente e continua enrolando.

O representante da secretaria da Educação, na manhã de ontem, aqui, na reunião da comissão de Educação da Assembleia Legislativa, em outras palavras, disse que o estado não vai mais financiar esse curso pré-vestibular organizado em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina.

No ano passado, foram 1.800. Este ano já se previa uma expansão. E acontece no estado inteiro, inclusive no extremo oeste, deputado Maurício Eskudlark.

Falava-se em três milhões para este ano. E o governo disse que não tem três milhões para o

curso pré-vestibular, mas teve três milhões para fazer uma pista de kart para o Desafio das Estrelas. Qual o interesse social do Desafio das Estrelas? Foram 800 mil para financiar um grupo empresarial da área da comunicação, leia-se RBS, a financiar o megashow de Paul McCartney, nesta cidade. Foram cinco milhões para a Volvo, naquela regata de magnatas que é realizada por aí. Mas três milhões para o pré-vestibular não tem - três milhões por ano.

Dessa realidade eu não tinha falado antes. E agora quero falar nesses termos que estou falando que quero seguir. Só se pode avaliar o seguinte: o governo do estado não concorda em investir um centavo de recursos públicos para ampliar uma assistência, um serviço assistencial para filhos de trabalhadores, numa área que é interesse da exploração de empresários da educação. O governo do estado que precariza os serviços públicos essenciais de educação, saúde etc. não admite politicamente investir para entrar numa área que é explorada por grandes empresários da educação.

O governo do estado, por acaso, tem relações ou pressões desses empresários da educação privada em nosso estado? É um questionamento que precisa ser feito.

Outro questionamento: cancelam o curso, por quê? Tem o nome de Curso Pré-Vestibular da UFSC, que é uma instituição federal, como se os estudantes que estudam na UFSC ou que pretendem estudar na UFSC não sejam estudantes catarinenses, não sejam jovens catarinenses, e são especificamente estudantes de escolas públicas da rede estadual.

Outra pergunta que precisa ser feita: o governo do estado está extinguindo a sua participação do Curso Pré-Vestibular da UFSC porque a reitora que assumiu recentemente é de outra posição política? Até o ano passado continuou fazendo, mas agora, porque assumiu em novembro passado uma reitora de esquerda na Universidade Federal de Santa Catarina, então, este ano não tem mais curso pré-vestibular?

Então, quero falar novamente o que falei ontem na comissão de Educação. Era a mesma coligação, e na época o governador era Luiz Henrique da Silveira, que começou a investir nesse Curso Pré-Vestibular. O que mudou de lá para cá? É por que mudou a reitora, é por que mudou o governador ou o partido do governador, ou é por que existem pressões e interesses de grupos empresariais privados em lucro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar a presidente do PMDB jovem, do município de Canoinhas, aqui presente, como também o secretário de Comunicação.

Hoje estaremos em horário especial na Assembleia Legislativa, fazendo o lançamento dos cinco mil computadores que serão instalados nesta cidade. Cada aluno terá um computador, portanto, a internet está instalada na cidade inteira. Esse é um dos motivos de orgulho do município de Canoinhas, do estado de Santa Catarina, porque é o primeiro município a dar um tablet para cada aluno. Portanto, teremos a informática presente em todas as escolas do município de Canoinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, foi feito o seu registro.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

V.Exa. deseja trocar com outro colega o horário?

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a nossa saudação especial aos novos deputados presentes, deputado Valter Gallina, deputado Sandro Silva. É uma satisfação tê-los no plenário. Santa Catarina se orgulha da presença de v.exas.

Quero dizer a todos que nós que representamos o planalto norte estamos hoje imbuídos do espírito cívico e público e que a presença do prefeito em exercício Beto Faria, juntamente com a comitiva de Canoinhas na nossa Assembleia Legislativa, é para comunicar aos catarinenses que colocamos a educação em primeiro lugar no município de Canoinhas.

É o primeiro município do Brasil a ter informatização nas salas de aula. Mais de 5.000 computadores foram adquiridos pela prefeitura municipal de Canoinhas no exercício do prefeito Leoberto Weinert, para que os alunos pudessem exercer a cidadania, pudessem exercer o seu direito de estudar, de aprender, de ter a tecnologia do mundo em suas mãos. Para isso a internet foi instalada em todas as escolas do interior do município e do centro da cidade.

Portanto, é um momento importante que vamos viver hoje, depois do horário da Ordem do Dia, ocasião em que o prefeito em exercício Beto Faria fará seu pronunciamento, juntamente com o secretário Hamilton Vendt, para que possam explanar a Santa Catarina, contar ao Brasil sobre essa grande oportunidade que estamos dando à juventude da nossa cidade e às nossas crianças de ter o conhecimento científico em suas mãos.

Quero também me reportar aqui hoje à grande sessão solene realizada no município de Porto União, na quarta-feira à noite, onde estiverem presentes o sr. prefeito municipal, os senhores vereadores, ocasião em que foi feita uma homenagem à esposa de Alexandre Pusyna e a toda comunidade.

Portanto, parabéns a Porto União - essa data foi antecipada devido ao processo eleitoral - pelos 95 anos de emancipação política.

Temos certeza de que Porto União, município de fronteira, município disputado pelos estados do

Paraná e Santa Catarina, município que teve turbulências políticas, é um município vitorioso que contém no seu bojo a parte industrial da madeira, a agricultura, a piscicultura.

A sua ferrovia transitava normalmente e hoje transita apenas como módulo federativo, que faz com que esse módulo não tenha representação, pois é um módulo ferroviário abandonado pelo governo federal, que muitas vezes promete e não cumpre.

Portanto, a ALL, responsável por esse módulo federal, tem que ser acionada e responsabilizada pelo não tráfego de trens, desde Porto União até Mafra, sendo que nesse trajeto encontram-se os municípios de Irineópolis, Canoinhas, Três Barras e Mafra, municípios importantes do planalto norte que necessitam da atenção especial da ALL.

Temos que dizer a v.exas. que o povo de Porto União é um povo ordeiro, trabalhador, cheio de garra, de responsabilidade, que tem também no seu bojo a cultura, pois vários eventos foram realizados em homenagem à cultura de Porto União.

Parabéns, prefeito Renato Stasiak e vice-prefeito Anísio de Souza, pelo trabalho que realizam, e parabéns a toda a comunidade.

Gostaríamos também de nos reportar à saúde, que é um problema nacional.

Temos que registrar o descaso do governo federal com a classe médica, que se fez presente na medida provisória.

Por isso, hoje estamos trazendo a esta Casa uma moção de apoio à classe médica para que a presidente Dilma tenha a sensibilidade e a responsabilidade de fazer com que a classe médica seja ouvida, prestigiada e contemplada politicamente, através da regulamentação da sua profissão, que ainda não existe, com o reajuste da tabela do SUS, com o aumento de verbas para a saúde. Queremos dinheiro para a saúde do Brasil, pois sem verbas como vamos dar saúde para a nossa população? E o principal responsável por pagar a conta da saúde é o governo federal. Temos problemas em todos os estados? Sim, temos. Mas a responsabilidade maior pelo atendimento à saúde é do governo federal.

Gostaria também de falar sobre a saúde do município de Canoinhas, que foi gradativamente crescendo, através de projetos importantes implantados pela secretária Telma Bley. Os projetos foram realizados e hoje temos uma saúde consistente no município de Canoinhas, com ressonância magnética, tomografia computadorizada, UTI com dez leitos, arco cirúrgico; estamos trazendo neurocirurgia, num investimento de R\$ 700 mil do governador Raimundo Colombo e Pinho Moreira, para que a região seja atendida com neurocirurgia.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre deputado, cumprimento v.exa. pelo pronunciamento que faz, pois trata-se de um tema muito importante para toda população.

Há uma preocupação muito grande de todos nós, parlamentares, porque a lei não está sendo cumprida no nosso país, ou melhor, em alguns setores cumpre-se, mas em outros, não. Por exemplo, com relação à saúde, o município tem que investir 15% e eles investem até mais; o estado tem que investir 12% e também ultrapassa esse valor. E quero saber onde estão os 10% que a União teria que investir? Como vamos ter uma saúde de qualidade, se não cumprem aquilo que a Constituição determina?

Então, evidentemente que teremos sempre dificuldades com os hospitais que hoje não sobrevivem com a verba do SUS, pois não têm como ficar só com o vento. Precisamos inverter esse processo e fazer com que o governo federal cumpra com o pagamento dos 10%. E aí, sim, tenho certeza de que teremos uma saúde de qualidade para que possamos nos orgulhar daquilo que fizemos e dar atendimento ao povo, pois é nosso dever e dever do estado cumprir a sua missão.

Parabéns a v.exa. pelo pronunciamento, pois tem *know how* de sobra para falar, discutir e implantar programas que atendam à população de Santa Catarina e do Brasil.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Estava realmente falando sobre a saúde do meu município, que está contemplando a população com várias obras importantes, como um pronto socorro novo que está sendo construído no Hospital Santa Cruz, e aqui temos que agradecer, pois é verba de programa federal. Temos também a construção da policlínica e de vários postos saúde.

Está sendo construída no município de Canoinhas a unidade intensiva de neonatologia, respaldada pelo governo estadual, implantada no Hospital Santa Cruz.

Também teremos a implantação da Casa dos Diabéticos, que conta com mais de dois mil filiados na região. Portanto, a Associação dos Diabéticos de Canoinhas e Região recebeu R\$ 300 mil para a implantação da Casa do Diabético.

Temos certeza de que outros municípios, como Porto União, receberam o credenciamento para atender melhor à área de oncologia.

Estamos descentralizando a nossa Medicina e temos como exemplo o município de Porto União, cujo hospital está sendo fortalecido pela compra de um aparelho de tomografia computadorizada pelo governo do estado.

Em Mafra os aparelhos de ressonância magnética e tomografia computadorizada ajudam o Hospital Catarina Kuss que atua na área de obstetrícia.

Dessa forma, o planalto norte, na área da Saúde, tem mostrado a sua pujança através do governo estadual que tem olhado com carinho para aquela região.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Antônio Aguiar, ao tempo que parableno v.exa. pelo tema abordado neste momento, cabe destacar também que não é apenas a região a qual v.exa. representa que está recebendo benefícios. O governo do estado de Santa Catarina, através do secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, tem investido em todo estado catarinense. Apenas no

ano passado e em parte deste ano de 2012 foram aproximadamente R\$ 142.704 milhões investidos em convênios com hospitais, com administrações municipais, sendo que desse valor de R\$ 97.912 milhões foram destinados ao custeio de média e alta complexidade, reforma e ampliação das unidades hospitalares, mais equipamentos e materiais permanentes.

Em veículos foram investidos R\$ 18.871 milhões e na atenção básica, na compra de equipamentos, materiais permanentes, construção, reforma e ampliação foram destinados R\$ 25.920 milhões.

Quer dizer, o governo do estado está presente, está ajudando todo o estado catarinense.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Mauro de Nadal pela sua contribuição.

A população catarinense acabou de ouvir, de forma precisa, os valores investidos no estado de Santa Catarina, o que nos leva a crer que o percentual destinado à Saúde é muito maior do que os 12% determinados pela Constituição.

O Hospital Catarina Kuss, que atua na área da obstetrícia, em Mafra, recebeu investimentos na ordem R\$ 180 mil para a aplicação em equipamentos especiais. Portanto, parabéns a Mafra pelo grande investimento na área da Saúde.

Em São Bento do Sul, deputado Silvio Dreveck, está sendo construída a ala da pediatria.

Muitos municípios receberam verbas, como Monte Castelo, que recebeu dois postos de saúde e mais uma verba especial para o seu hospital que está em situação difícil.

Não podemos continuar falando da Saúde porque faltará tempo para dizermos à nossa população o quão grande são os investimentos.

Portanto, gostaria de parabenizar o governador Raimundo Colombo, e seu vice, Eduardo Pinho Moreira, pela atuação na área da Saúde, principalmente no planalto norte, minha região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero cumprimentar todos os visitantes que acompanham a sessão nas galerias: a dona Maria Gorete Cardoso dos Santos, o sr. José Raup dos Santos, de São João do Sul, o sr. Valmor Roxo e o jornalista José Batista dos Santos.

Ainda temos, hoje, a presença de inúmeros prefeitos e de candidatos a prefeitos e vereadores que acompanham os nossos trabalhos e que vieram a Florianópolis trazer as suas reivindicações ao governo do estado.

Mas eu quero me ater, hoje, a um tema muito importante: a questão da educação. E os jornais de hoje reportam-se a uma vitória importante, conquistada depois de uma luta de mais de 20 anos, praticamente, e que se vem estendendo entre as universidades, especialmente as universidades do sistema Acafe, e o governo federal.

Há um mês, aproximadamente, estive em Brasília participando de uma audiência com o deputado Décio Lima, o deputado Jorginho Mello e a ministra Ideli Salvatti. Nessa audiência foi colocado o resultado daquela negociação e dessa controvérsia de mais de 20 anos, ou seja, que o resultado seria esse que tivemos ontem. E, inclusive, o nosso companheiro, amigo e ex-deputado estadual Pedro Uczai foi o relator da medida provisória que originou esse resultado favorável à questão das universidades do sistema Acafe.

Antes, porém, queremos enfatizar que, na verdade, nós, do Brasil, cobramos imposto sobre remédios para combater o câncer; imposto sobre os recursos destinados à educação; imposto sobre produtos voltados para a segurança, mas depois não se investe devidamente nessa área.

Para ser mais claro, devo dizer que na hora em que o aluno que estuda no sistema Acafe - Univille, Univali, Furb, Unifebe, e são 16 universidades em Santa Catarina - paga a

mensalidade do seu curso, também está pagando o salário do professor. E na hora em que o professor recebe o salário, dependendo do salário que ele recebe, ele tem que pagar o Imposto de Renda, e paga. Então, parte do dinheiro do aluno, que passa um trabalho danado para pagar a faculdade, vira salário do professor que é obrigado a pagar o Imposto de Renda.

Até 1990 esse Imposto de Renda que era retido na folha de pagamento do professor ficava na própria universidade. Até aí tudo bem! Ótimo! Então, o aluno pagava a mensalidade, e o professor que recebia mais pagava o Imposto de Renda. Mas esse mesmo recurso ficava lá na universidade e era reinvestido conforme os projetos da universidade.

A partir de 1990 a Fazenda nacional entendeu que teriam que pagar naturalmente como qualquer outra instituição e passou, então, a cobrar o Imposto de Renda dessas universidades que já vinham tendo dificuldade de se sustentar. Elas se sustentavam, como disse, à base da mensalidade dos alunos e a base dos arts. 170 e 171, e tiveram ainda que pagar o Imposto de Renda. Muitas delas pagaram de fato, como, por exemplo, a Furb, a Unibave, a universidade de São José, a Udesc, a Unifebe. Conforme notícia de jornal, elas estariam em dia com a questão do imposto. As outras 12 ou 13 do sistema Acafe estavam devendo o Imposto de Renda, esse imposto que antes era revertido.

Então, havia esse pedido para que esse Imposto de Renda fosse reinvestido na própria universidade. Agora, enfim, a dívida, que já estava em quase R\$ 1 bilhão, através de algum benefício, foi reduzida para aproximadamente R\$ 700 milhões. E 10%, com o que discordo, essas universidades terão que pagar mesmo, em dinheiro, para o governo, para o Leão, e os 90% restantes serão convertidos em bolsas de estudo. Conforme as informações que temos aqui, serão beneficiados mais 5.500 alunos durante 15 anos.

Por isso, quero cumprimentar a bancada dos senadores, dos deputados federais, pela luta que tiveram, da qual também participei quando era deputado federal, que chegou a esse resultado.

Quero cumprimentar também o presidente do sistema Acafe, professor Mário César dos Santos, porque, enfim, conseguimos essa vitória com relação a esse problema que por muito tempo as universidades vinham sofrendo.

Agora, esse benefício ficou apenas para o sistema Acafe. Mas temos mais 110 mil, 120 mil alunos que estudam em faculdades particulares, parecidas com o sistema Acafe. E no meu entender aquele Imposto de Renda também tem, sim, que ser revertido em bolsas de estudos aos alunos que estudam nessas universidades.

Então, conclamo aqui, além de parabenizar, conclamo os...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, quero dizer que o amor é lindo.

Vimos o deputado Edison Andrino e o deputado Valter Gallina trocando confidências. E para quem acompanhou o deputado Edison Andrino nas questões das disputas políticas e tudo... É por isso que estamos convencidos de que o Colombo vai ser Dilminha na próxima eleição, não tem jeito.

Deputada Luciane Carminatti, na próxima eleição os camaradas do PSD estarão no mesmo palanque que nós. Tanto que mandei tirar uma fotografia e vamos entregar para os dois.

Ao mesmo tempo, um pouco antes do pronunciamento que faço agora, deputado Kennedy Nunes, falei sobre a questão da saúde no estado. E parece, deputado Sandro Silva, que mexendo em problemas reais, os deputados do PMDB e da base ficam todos ouriçados. Não estou falando da ressonância que tem em Canoinhas ou dos recursos que forem investidos, que o estado cumpre com os seus 12%. Infelizmente, o Congresso Nacional, na

Emenda n. 29, não aprovou os 10% à União, mesmo gradativamente, porque a legislação não fala em 10%. A legislação garantiu que o investimento federal tem que ser um investimento do ano anterior, mais o crescimento do PIB daqui para frente.

Então, isso já é um avanço. Mas se entrarmos nas questões maiores, não é só eu, ou seja, há menos de 30 dias, o deputado Kennedy Nunes esteve nesta tribuna falando da situação dos hospitais de Joinville, dos recursos das emendas dele para os hospitais.

Eu não sou da base do governo, mas ele é.

Qual o problema em apontar o processo?

O que não dá para aceitar é o hospital Infantil, que tem 180 leitos, com 80 fechados em Florianópolis, que atende a todo o estado de Santa Catarina, um hospital de referência.

Então, sem entrar nessa questão da propriedade de investir 10% ou não, porque posso investir 20% e investir mal, a questão é o quanto invisto e de que forma invisto, onde invisto.

Li nos jornais sobre a reunião que o governador fez ontem com a sua base ou parte da base, pois parte do PSDB não estava. Ele foi claro quando disse que vai rever a questão e vai contratar médicos para o serviço. Estou de acordo, porque na reeleição do Luiz Henrique foi feito um acordo com a categoria médica de passar a pagar um teto de salário, e o que se viu foi que grande parte dos profissionais deixaram de produzir o que produziam.

Assim como tem problema de gestão de médico que entra no hospital bate ponto pela manhã sai e volta à tarde... Como nesta Assembleia que tem o "dedômetro", onde o pessoal bate pela manhã, vai embora e volta à tarde para bater, tem médico que faz isso. E aí é problema de gestor.

Estou de acordo em ter carreira de administração de hospital para acabar com o gerenciamento político nos hospitais. Isso é gestão, independentemente do salário ser igual ao do governador, porque para quem administra decentemente ainda é pouco. Agora, tem hospital

que troca de diretor todo mês. Aí o estado paga e vem querer dizer que isso é responsabilidade do governo federal.

Foram 70 bilhões a mais no Orçamento da União em saúde em 2011, comparando com o ano anterior. E este ano vai ampliar, mais ainda é pouco, compreendo. Defendo que tenha que ser 10%. E aí peço que o deputado Manoel Mota reveja a legislação, porque hoje não diz que são 10%. Hoje o que foi aprovado no Congresso é o investimento de 2012. Então, são avanços.

Estou fazendo esse pronunciamento, porque sei que em nível federal a nossa presidenta da República que extraordinariamente está comandando este país com mãos de ferro, cuja economia demonstra solidez internacional, na medida em que somos o país com maiores investimentos internacionais, de todos os países do globo terrestre...

Chegamos a ultrapassar a China em investimentos, considerando o seu contingente populacional. Tivemos nos últimos três meses mais de R\$ 10 bilhões de investimentos no Brasil, internacionalmente, inclusive entre fusões. Isso mostra serenidade e seriedade de governo.

Então, quando tem que tomar posição ela tem tomado. Na saúde também, porque saúde é uma convicção de investimento dela. Se formos observar, inúmeras policlínicas estão sendo feitas neste país, inúmeras em Santa Catarina, onde não tem um centavo do estado indo direto para os municípios. E os centros de educação infantil com sistema padronizado são investimentos públicos mostrando o novo viés em administração que esse estado também precisa ter.

Então, quando tem que elogiar eu faço elogios, e a postura que vai ser tomada em relação a ter cargo de gestão em hospitais vai ter o meu voto. Mas vai continuar tendo a minha crítica em relação a esta quantidade de secretarias que não funcionam estado a fora, porque se pegassem esse dinheiro, não fechavam os 80 leitos do hospital.

O meu reconhecimento ao governador que reconhece os investimentos federais de Santa

Catarina, e está anunciado nos jornais de hoje que são em torno de R\$ 5 bilhões, para Santa Catarina, de recursos federais.

Repito, o próprio governador, nos jornais de hoje, fala nos cinco bilhões, aproximadamente, para serem investidos nos próximos anos, de recursos federais, na área de saneamento básico, segurança com presídio. São três bilhões do BNDS com projeto de lei que foi aprovado nesta Casa, quando esta Casa teve a sabedoria de redirecionar recursos num bom debate.

Imaginem se nada disso tivesse em relação ao estado. Nós estávamos no caos, então. O estado já tinha fechado as suas portas. Porém, o nosso governo republicano dessa figura que internacionalmente também consolida uma belíssima imagem do Brasil, a presidente Dilma, orgulha-nos.

Estou convicto de que esta terra é abençoada pela generosidade de o Brasil ter homens públicos à frente do país, que estão dando novos caminhos, o que também muitas vezes não se pode dizer do Judiciário, deputado Moacir Sopelsa.

Quando li que o desembargador Tourinho Neto, do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Regional Federal, cancela o motivo da prisão do Cachoeira, que são as gravações, dizendo que tem que soltar, continuaremos dizendo que neste país fica preso ladrão de galinheiro.

Com tantas gravações, com tantas comprovações do desvio de recurso público, com as falcatruas construídas, o governo proibindo a participação da tal Delta, que fazia o maior volume de obras do PAC, por desvios comprovados de recursos, agora esse desembargador resolve dizer que nada da prisão serve, não vale, que as gravações não justificam, não foram feitas legalmente, deputado Kennedy Nunes.

Então, o povo brasileiro, muitas vezes, quando entra no descrédito da vida pública, tem que entrar mais em relação ao Judiciário, porque esses caras, quando cometem as bobagens, ainda são aposentados compulsoriamente, vão para casa recebendo salário, quando roubam, quando desviam recursos, quando fazem compra sem licitação.

Tem um juiz, agora, esta semana, que também aposentaram compulsoriamente, porque estava maquiando processos jurídicos.

Então, espero que um dia não vá para a cadeia apenas ladrão de galinha, mas também os Cachoeiras da vida, porque o cara vai para casa, vai fazer defesa, vai levar 20 anos, e o povo entra no esquecimento.

Vamos continuar fazendo o bom combate.

Espero a abertura dos 80 leitos do Hospital Infantil de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

Antes, porém, deputado Kennedy Nunes, gostaria de pedir a sua permissão para anunciar a presença do vice-prefeito de Otacílio Costa, João Pedro Velho, o popular Tibúrcio, também do pastor João, do nosso companheiro Debarba e do vereador de Irani, João Guerreiro.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, também faço cumprimentos aos visitantes registrados por v.exa.

Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas, os catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital e aqueles que nos visitam.

A princípio, sr. presidente, venho aqui relatar a viagem em que estive representando esta Assembleia Legislativa na Exposição Mundial de Transportes Públicos. Mas antes, se v.exa. me permite, gostaria de fazer um registro muito especial hoje, deputado Valmir Comin, porque eu e minha esposa Sigiane estamos completando 20 anos de casados. Ela está lá em casa nos assistindo, deputado Sandro da Silva. É um prazer completarmos

esses 20 anos, e que casaria com ela novamente de olhos fechados. Então quero deixar aqui o meu registro muito especial à Sigiane que tem sido uma guerreira e com certeza recebe o meu abraço.

Também gostaria de falar aqui um pouquinho sobre a diferença entre usuário e cliente de transporte coletivo.

Sr. deputado Valter Gallina, para os governos e empresas, as pessoas que utilizam o sistema de transporte público são tratadas como usuários em todo o Brasil. Qual é a diferença do usuário para o cliente? É mais ou menos assim: para o cliente se serve até cafezinho, para o usuário vai de goela abaixo, deputado Sargento Amauri Soares.

Temos os nossos coletivos, seja em Chapecó, em Florianópolis, em Joinville e em Blumenau, e a maioria dos nossos ônibus são encarroçados em chassi de caminhão, que é para levar cargas e não pessoas.

O caminhão, por exemplo, tem feixe de molas. E quando se fala em transportar pessoas, tem que se ir mais para suspensão a ar, tem que se fazer com que aquele caminhão/ônibus possa dar qualidade para a pessoa que o utiliza.

O que temos hoje no Brasil, quando tem um ônibus cheio, são quatro tipos de situações, deputado Daniel Tozzo, que se chama na linguagem popular de sardinha em lata.

Um ônibus cheio num horário de pico, deputado Plínio de Castro, para o gestor municipal, significa que ele está cumprindo o seu papel, que é oferecer transporte público; para o dono da empresa, deputado Edison Andrino, quando olha aquela lata de sardinha e vê que está cheia, é ganhar um dinheirinho; mas a pessoa que está lá dentro, o usuário, deputado Sandro, fica louco da vida, porque está numa lata de sardinha. E para o dono da concessionária de automóvel, a mesma lata de sardinha é um ônibus cheio de clientes em potencial que irão comprar, na primeira oportunidade que puderem, um automóvel para se livrar da lata de sardinha.

Então, se tivermos transporte público de qualidade, em que as pessoas possam ser tratadas

como clientes e não como usuários, vamos começar a diminuir o número de carros, por exemplo, nas estradas.

Em Joinville, deputado Sandro, v.exa. também é de lá, está muito mais barato comprar uma moto Biz e pagar a prestação por mês do que andar de ônibus e pagar a passagem; é muito mais barato.

Isso dá o quê? Em Joinville temos em média, deputada Luciane Carminatti, 30 acidentes de moto por dia, que fazem fila, onde? No setor de traumatologia. E aquelas cirurgias eletivas que são marcadas de um ano para o outro, de dois anos para dois outros anos, acabam sendo, muitas vezes, canceladas na hora em que a pessoa está na sala de cirurgia, porque chegou um acidentado de moto, e esse acidentado de moto foi vítima de trânsito, comprou uma moto, pois não tinha mais como pagar a passagem, ou seja, todo o nosso conceito de transporte de mobilidade leva as pessoas a comprarem um carro, deputado Marcos Vieira, o transporte individual, uma vez que não há incentivo para o transporte de massa.

Nessa exposição, no primeiro dia de discussão dos temas com 50 países do mundo apresentando soluções de transporte público, de todos os tipos de modais, desde o patinete, passando para a bicicleta elétrica, de pedal, de transporte de cargas, BRT, *Bus Rapid Transit*, os VLTs, que são veículos leves sobre trilhos, ônibus elétricos, ônibus movidos à célula...

Quando vemos toda essa parafernália de opções de modais, deputado Valmir Comin, sabe qual foi o tema do primeiro dia, que permeou as discussões desde a primeira hora até a última hora? Não foram os modais, não foram as tecnologias embarcadas, não foi nada disso. O tema foi a satisfação do cliente. E a satisfação do cliente passa pela certeza de que o ponto de ônibus e o horário marcado sejam respeitados tanto na chegada quanto na saída, na pontualidade, no conforto e no preço.

A Europa possui um sistema, entendo que o Brasil deve começar a defender e aplicar esse sistema, que é a PPP do transporte público. Deputado Sargento Amauri Soares, na Europa o

governo é sócio das empresas que têm a concessão do transporte público. E toda a infraestrutura feita para o setor do transporte público, toda a tecnologia embarcada investida pelo setor público, é colocada na conta geral. Observando assim: se tenho uma linha de ônibus que passa por uma rua que não é asfaltada, o ônibus tem um desgaste muito maior do que numa rua asfaltada, então esse desgaste vai para a conta geral. Quando o governo asfalta uma rua, o morador paga o asfalto duas vezes - paga o imposto e paga para asfaltar, pelo menos em Joinville é assim.

No ano que vem o IPTU do morador, que é um percentual do imóvel, o valor venal do imóvel, será maior, porque o valor do imóvel dele vai aumentar, porque a sua rua está asfaltada.

Então, o governo está fazendo um investimento para que o ônibus passe por lá e tenha menos gastos, menos manutenção e aumente o lucro do dono da empresa.

Na Europa, todos esses investimentos são colocados como despesa, e o lucro, quando aumenta, o governo também tem a participação e reinveste no sistema.

Quando temos essa possibilidade, podemos fazer com que o dinheiro seja reinvestido e até começar a falar da autogestão ou autonomia do próprio sistema para o sistema mesmo se pagar.

Lá na Europa, essas parcerias, quando privadas, chegam a 40% de participação da sociedade. E é muito bom, ou seja, sempre a maior parte da sociedade é do público.

Falo em subsídios da passagem de ônibus, da gratuidade, e sempre preguei isso, porque acho injusto que a gratuidade garantida por lei seja paga por quem paga a passagem. Isso é custo social e deve ser pago por quem está gerenciando o processo.

Dizem que sou doido quando falo em gratuidade. Mas o subsídio deve existir. Devemos botar mais dinheiro público no transporte público, para fazer com que as pessoas possam utilizá-lo mais e serem tratadas como clientes e não como usuários.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, parabênizo v.exa. pelo tema abordado, especialmente num aspecto em especial, quando v.exa. fala de PPPs. Aliás, quanto a esse tema eu sou visionário e acredito muito nessa tese. Isso tem dado certo nos países desenvolvidos. Então, por que não pode dar certo?

Nós precisamos na verdade é de vontade política, de segurança jurídica, para que os investidores possam realmente adotar esse tipo de posicionamento, principalmente agora, com a quebradeira que aconteceu na Europa.

Enxurradas de fundos de pensão, fundos privados, grandes investidores estão aí buscando os países emergentes, como é o caso do Brasil.

Temos um sistema intermodal totalmente equivocado. Essa é a grande verdade. Existem projetos viáveis, sustentáveis, com a participação da iniciativa privada conciliando o segmento público, para atender principalmente ao transporte de massa. Mas há necessidade de agências reguladoras fortes com poder de fisco, de fomento e de segurança jurídica para que esses investidores possam realmente se estabelecer.

Fala-se que o povo não tem o hábito de andar de bicicleta. Isso é evidente, se não existem ciclovias. Mas se o poder público promover essa ação quer com dinheiro público ou com parceria público-privada, é evidente que o hábito vai ser criado. Da mesma forma é com o transporte náutico ou de ônibus. Se houver um corredor específico, vamos criar o hábito de usá-lo, porque sabemos que vamos pagar mais barato e vamos chegar num tempo menor.

Por isso vejo esse tema como extremamente atual e pertinente e parabênizo v.exa pelo debate agora colocado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, para encerrar, quero dizer que estava em Paris e, com a visão de jornalista, estou sempre vendo alguma coisa. E, passando por uma dessas entradas de

metrô, fotografei um casal - ela com um vestido de noiva e ele trajando um terno de casamento. Eles tinham acabado de casar, saíram da igreja e estavam na boca do metrô, pegando o ticket para ir embora para casa. Eu tenho isso postado no meu *twitter*. É uma coisa impressionante. Imagino quando nós, brasileiros, vamos pensar em casar e voltar para casa, depois do casamento, com transporte público. Então, quando você tem pontualidade e a pessoa é tratada como cliente, esse é o resultado.

Quero, para encerrar, convidar todos os catarinenses para ver os boletins diários que fiz dessa exposição em Paris. Podem acessar o meu *site* www.knunes.com.br, o *facebook* ou o *twitter*, porque sempre faço a prestação de contas dessas viagens oficiais que realizo em nome da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Milton Scheffer, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste, quero aqui registrar a presença nesta Casa do vereador Valmor Roxo, presidente da Câmara de Vereadores de São João do Sul, juntamente com o presidente da Colônia Z-27, sr. José Marinho, duas grandes lideranças do extremo sul do estado, que estão tratando de assuntos de interesse dos municípios, juntamente com o Batista, que é assessor de comunicação de São João do Sul.

Quero, nesta tarde, registrar também o lançamento na manhã de quinta-feira do 1º Seminário da Região Sul do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos.

É um seminário promovido pela secretaria estadual da Saúde, da Vigilância Sanitária, com o apoio da comissão de Economia, Ciência,

Tecnologia, Minas e Energia, da qual somos presidente e que ao longo dos próximos dois dias debaterá aqui, na Assembleia Legislativa, com pessoas de três estados: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, um programa voltado à rastreabilidade e acompanhamento de resíduos de agrotóxicos nos nossos alimentos.

É um caminho que busca mais qualidade para proteger o consumidor, o agricultor e acima de tudo valorizar o produto que respeita as normas de produção. Portanto, é um seminário com abertura às 8h30, aqui, no auditório da Assembleia Legislativa.

O primeiro bloco desse seminário vai tratar do programa de análise de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, que vem sendo realizado pela Vigilância Sanitária de Santa Catarina, acompanhando os produtos dos supermercados e do Ceasa.

O segundo bloco tratará da importância da rastreabilidade para a cadeia produtiva de alimentos *in natura*: frutas, legumes e verduras. Enfim, é a defesa do consumidor na proteção e promoção da saúde humana e também do meio ambiente.

Em outro bloco iremos debater com técnicos de universidades e de governos do Paraná e do Rio Grande do Sul os impactos do uso de agrotóxico na saúde pública. Fala-se muito em saúde e, hoje, isso foi falado aqui no Plenário, mas é necessário se trabalhar as causas; é necessário que se busque saúde através da prevenção, para que não tenha que tratar a doença. Por isso, a questão do uso do agrotóxico de forma racional é um debate muito interessante a ser feito.

Por último, estaremos tratando também da produção agrícola sustentável na manhã desta sexta-feira. É um convite que faço a todos os srs. deputados para essa programação, que é bastante vasta, mas muito necessária para o início do programa de rastreabilidade dos nossos alimentos.

Hoje, aqui em Santa Catarina, já temos redes de supermercados que apenas comercializam produtos (frutos, verduras e legumes) rastreados com a questão do uso do agrotóxico.

Isso é preocupação com a saúde humana, com o meio ambiente, mas também valorização dos nossos produtos agrícolas.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

V.Exa. traz um grande tema com o qual esta Casa precisa se preocupar, o senhor como agrônomo e eu como agricultor.

Os nossos profissionais da área da saúde e nós estamos dialogando com o presidente para fazermos uma grande campanha sobre isso. Estamos discutindo a questão da alimentação escolar de nossas crianças para que elas tenham um alimento saudável.

Por isso, quero parabenizá-lo e somar-me a essa luta. Com certeza, se trabalharmos firmes, mudaremos essa realidade. Infelizmente, muitas vezes as pessoas compram um produto mais barato, não se preocupam com a qualidade do alimento e isso a médio e longo prazo custa caro para as pessoas em termos de saúde para o futuro.

Então, às vezes o imediato custa barato, mas o futuro custa caro. Portanto, essa avaliação nós temos que construir e trabalhar muito em termos de Epagri, Cidasc, para que nos acompanhem e para que nos deem suporte nessa questão de construirmos uma nova alternativa para a qualidade do alimento em nosso estado.

Assim, quero cumprimentá-lo pelo discurso nesta tarde e somar-me a essa luta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, assim como a sua preocupação com esse setor.

Quero registrar o trabalho realizado pela equipe da Vigilância Sanitária da secretaria da Saúde, liderado pela engenheira agrônoma Helena Cristiane de Oliveira Hoffmann, que faz um trabalho extraordinário juntamente com os nossos

técnicos da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador Geraldo Garcia, do município de Jaguaruna, que está aqui tratando de assuntos de interesse daquele município, juntamente com Arnaldo Garcia.

Gostaria, sr. presidente, de agradecer ao secretário da Segurança Pública, ao coronel Nazareno Marcinero, pelas inaugurações que aconteceram ontem na cidade de Sombrio, da nova sede do quartel, bem como também da entrega de nove veículos para as Polícias Militares do vale do Araranguá. São investimentos entre o quartel e a entrega de veículos de mais de um milhão de reais, que vai sem dúvida nenhuma qualificar ainda mais a segurança pública do extremo Sul de Santa Catarina, que é sem dúvida nenhuma a porta de entrada dos gaúchos em Santa Catarina.

Queremos registrar a importância do ato. Agradeceremos ao secretário da Segurança Pública. E foi colocada em funcionamento ontem na cidade de Sombrio o primeiro sistema de monitoramento por câmeras na cidade. Um começo que vai se estender para outros municípios da região, que vai sem dúvida nenhuma qualificar e melhorar muito a segurança pública no extremo Sul.

Por isso na qualidade de deputado estadual representando as pessoas que moram naquela região, quero aqui agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao secretário César Grubba, que têm feito um trabalho extraordinário na segurança pública do estado.

Agradeço ao coronel Marcinero e a toda a cúpula da Polícia Militar, que com sensibilidade está ajudando a melhorar a segurança pública de nossa região.

A todos o nosso muito obrigado.

Obrigado, sr. presidente, pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência suspende a sessão até as 16hs. E às 16hs entraremos direto na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão até as 16hs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)
(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2012, que cria cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

(A votação será nominal pelo processo eletrônico.)

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam.

Em votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abstenção
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO DA SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Tivemos 21 votos "sim" e um voto "não" e "uma" abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0135/2012, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Itajaí (regularização pela rodovia SC-486).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0175/2012, de autoria da comissão de

Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 3.821, de 1966, que declara de utilidade o Instituto de Ensino e Assistência Social, de Videira.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0033/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que denomina Professor Enori Pozzo o Centro de Educação Profissional, do município de Curitibanos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0126/2012, de autoria do deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública o município de Brusque como cidade berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0154/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que reconhece o município de São Bento do Sul como pioneiro no pagamento de serviços ambientais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s 0284/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0285/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0286/2012 e 0287/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0288/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0289/2012 e 0290/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s 0576/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 0577/2012, 0578/2012, 0579/2012, 0580/2012, 0581/2012, 0582/2012, 0583/2012, 0584/2012, 0585/2012, 0586/2012, 0587/2012, 0588/2012, 0589/2012 e 0590/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0591/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0592/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0030/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Saúde, manifestando repúdio à privatização do serviço de atendimento móvel de urgência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

A presente moção está sendo retirada de pauta por solicitação do deputado líder do governo, para posterior entendimento com a deputada autora da matéria.

Moção n. 0031/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela prorrogação da redução de Imposto sobre Produtos Industrializados para o setor de móveis, até o fim de junho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0032/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidenta da República, aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, manifestando apoio à tramitação em regime de urgência da Medida Provisória n. 0568/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, temos um requerimento de autoria dos srs. líderes, no sentido de que possamos suspender a sessão, por até dez minutos, para ouvirmos o sr. Luis Alberto Ricoski Faria sobre o programa estadual de acesso a um computador por aluno, no município de Canoinhas.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - (Faz soar a campainha.) Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, faço uso da tribuna nesta tarde para falar sobre a Rio+20.

(Passa a ler.)

"De 13 a 22 de junho as atenções não apenas do Brasil, mas do mundo inteiro, estarão voltadas para a cidade do Rio de Janeiro, focadas na Conferência das Nações Unidas que abordará o tema desenvolvimento sustentável na Rio+20, assim chamada para recordar os compromissos iniciais deflagrados pelo encontro anterior promovido pela ONU, também no Rio, há 20 anos. Na atual edição da Rio+20, um dos temas centrais será a discussão ampla sobre o que se denomina, hoje, a 'economia verde' no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Mais do que nunca é o grande momento para uma profunda reflexão: como podemos participar efetivamente deste novo momento, que ações podemos empreender para de fato mudar o quadro atual - que todos os estudos apontam como à beira de um desastre ambiental? Evidentemente que a primeira maneira de atuarmos é na nossa vida pessoal, nas nossas atitudes mais simples - como racionalizar o uso desse bem tão necessário que é água. Portanto, antes de tudo trata-se de uma questão de comportamento individual. Mas no plano geral temos também condições de adotar medidas que efetivamente levam à inadiável mudança. Políticos e empresários, unidos ao indispensável apoio do mundo técnico-científico, das universidades, podem e devem adotar ações que dependem, basicamente, de vontade política.

Lembro aqui que muito se tem falado sobre a necessidade de energia limpa e que já existe tecnologia amplamente conhecida para isso. E o que é ainda mais importante: o nosso país é rico em recursos naturais, tanto em sua superfície (os mananciais de água, os ventos) quando no subsolo - basta citar as ricas reservas de carvão mineral do

sul do país, notadamente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Temos o conhecimento do que temos e do que é necessário; falta apenas partirmos para a ação.

Recordo aqui da visita que fizemos o final do ano próximo passado à Índia e à China, organizada por esta Casa, onde pudemos conhecer o que há de mais moderno em tecnologia na geração de energia, principalmente em energia térmica, energia eólica e energia solar.

Há ainda a energia eólica, tão abundante em Santa Catarina e tão pouco aproveitada. No Rio Grande do Sul, novos parques eólicos serão inaugurados já em agosto, gerando mais de 200 megawatts de energia limpa. É lógico que temos um vasto recurso hídrico para as nossas hidroelétricas, mas não podemos esquecer que os rios dependem de fatores climáticos que podem levar à redução ou escassez, problemas que não existem na energia termoelétrica."

Penso que um país emergente como o nosso não difere da Índia, da China, da África do Sul, da Rússia. E esse assunto foi muito debatido na Conferência dos Brics, que tivemos a oportunidade de participar na China.

Também na semana próxima passada, tivemos a oportunidade de estar no Rio Grande do Norte onde presenciamos pela primeira vez a participação efetiva de um presidente da entidade Unale, um catarinense, o nosso particular amigo progressista Joares Carlos Ponticelli. E lá tivemos a oportunidade de ouvir os debates intensos, acalorados, deputado Antônio Aguiar, sobre temas permanentes de fontes renováveis e não. Lá mostravam os palestrantes, principalmente um que se destacou e que me impressionou muito, o palestrante Ricardo Amorim, o potencial dos países emergentes, por consequência, principalmente, da quebradeira sem precedente ocorrida na Europa, que demonstra que em poucos anos os americanos terão que voltar à ativa, terão que trabalhar, deputada Luciane Carminatti. Um país que sempre se consolidou pela supremacia, mas acima de tudo pelo seu poderio bélico, pois as grandes reservas

mundiais significativamente estavam em posse dos americanos e ainda continuam.

Pelo tsunami econômico de investimentos feitos na China, acaba sobrando positivamente para os países emergentes, e está caracterizado o Brasil como bola da vez. Um país de dimensão continental, de reservas naturais imensuráveis, de um povo generoso, hospitaleiro, criativo, de grandes universidades, precisa com certeza aproveitar esse grande momento. Não diferente o governo federal de oportunizar a condição jurídica para que esses investidores, através dos fundos de pensão, fundos privados, grandes empreendedores, possam vir aqui se estabelecer.

É preciso que possamos dar a condição da estrutura mínima básica para o escoamento da produção, dos produtos gerados pelas indústrias brasileiras e aquelas que aqui haverão de vir. Mas é preciso dizer que não podemos abrir mão de sequer uma fonte de energia, quer renovável ou não, principalmente no momento em que o Brasil está com uma expectativa promissora de desenvolvimento e oportunidade de investimentos, que se compromete a poder trazer esses investimentos, onde com certeza haverão de gerar fatores de riqueza, de emprego e renda a todos os brasileiros e de maneira especial ao nosso estado de Santa Catarina.

Faço essa menção para dizer que na Rio+20 teremos também um painel na Federação Nacional da Mineração, da extração do carvão mineral, onde poderão discorrer sobre o assunto e a temática dos subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva do carvão como forma de agregação de valores e de renda.

Visualizamos na China, por exemplo, um país que a sua matriz energética hoje é detentora de 80% da demanda oferecida às indústrias daquele país. Uma Polônia com 98%, os Estados Unidos com 45% e a Alemanha com 54%. Por que não podemos aproveitar esse minério a exemplo do pré-sal que está em tela, no auge e que também é emissor, sim, de gás no efeito estufa?

Por essa razão, espero, sr. presidente, a compreensão do ministério de Minas e Energia para que coloque na matriz energética deste país, dentro do sistema integrado da geração de energia, da cesta básica de combustível, a geração de energia a partir do carvão, aproveitando o potencial eólico, solar, todas as fontes hídricas e todas as possíveis renováveis, mas sem o caráter de poder dispensar qualquer tipo de geração de energia fóssil, de energia não renovável, porque um país emergente que necessita de uma demanda muito grande de investimentos não só na geração, mas também na sua transmissão, não pode abrir mão dessa matriz, desse produto que está em subsolo catarinense e gaúcho, que soma uma reserva estimada, auferida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, em aproximadamente 32 bilhões de toneladas.

Aqui estive a presidente da Petrobras, na época diretora, Maria das Graças Fostes, afirmando que o carvão mineral catarinense e gaúcho tem a condição de produzir 322 mil barris de petróleo/dia, o petróleo 4 A que importamos da Nigéria para fazer o *blend* nacional.

Por essa razão é que caracterizo de suma importância a segurança jurídica por parte do governo federal para este setor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, sra. deputada, estivemos hoje no município de Itapema, onde amanhã teremos uma audiência pública para discutir a segurança pública no município.

Toda a comunidade está mobilizada, a Câmara de Vereadores, as lideranças, a associação empresarial e toda população.

Agradeço também o empenho do comunicador Tanaka, da Rádio Cidade. O Cleverson Tanaka Rubini é um grande comunicador, um grande líder, também

advogado, jurista, conhecedor dos problemas do Direito, da segurança pública e muito tem se empenhado para a realização desse evento.

O município de Itapema tem algumas prioridades na questão de segurança. E todos os municípios são unânimes, deputada Luciane Carminatti, em pedir efetivo.

Também existe um projeto de construção de uma nova delegacia. O município tem um corpo de bombeiros bem instalado, em condições; tem a Polícia Militar também buscando efetivo e buscando aprimoramento, com uma equipe competente, temos que reconhecer isso, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar.

Teremos também, amanhã, às 19h, na Câmara de Itapema e hoje, às 19h, na Câmara Municipal de Palhoça um debate sobre a segurança pública, uma audiência pública promovida pela Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, com a participação dos deputados da nossa Casa Legislativa.

O município de Palhoça necessita também de grandes investimentos na área da segurança pública, como a implantação, pelo menos já estava em fase final, de uma delegacia de proteção à mulher, à criança, ao idoso, de mais uma delegacia de Polícia.

A própria delegacia regional de Palhoça encontra-se num imóvel que atendia à necessidade do município, mas hoje já está bastante defasado.

Então, é importante que os Consegs, que a comunidade, os vereadores, estejam presentes. A deputada Dirce, enfim, toda a comunidade deve Palhoça participar. E a comissão de Segurança está fazendo uma radiografia da situação da segurança no estado, para ajudar o Executivo, ajudar a secretaria, a Polícia Militar, a Polícia Civil, nesse objetivo que é de todos os catarinenses, da melhora da nossa segurança pública.

Hoje, temos uma categoria importantíssima na questão da segurança, que são os agentes prisionais. O sistema prisional do estado de Santa Catarina vem sendo aprimorado também neste governo, com a criação da secretaria de Justiça e

Cidadania, uma secretaria específica para cuidar desses assuntos.

Hoje, em Brasília, está se realizando no auditório Tancredo Neves, do ministério da Justiça, uma audiência pública sobre o sistema prisional, um debate sobre o atual modelo de sistema prisional, suas diretrizes políticas e ordenamento legal, com foco nas condições de vida no cárcere, considerando as necessidades da pessoa presa e dos trabalhadores no sistema prisional, com vários palestrantes.

O segundo tema a ser abordado neste debate é o papel dos agentes penitenciários no sistema penal, considerando a proposta de emenda constitucional PEC 308 e alternativas de regulamentação constitucional.

Os agentes penitenciários lutam muito para a criação da Polícia Penal. E para isso existe já um projeto em nível nacional, a PEC n. 308, que altera o art. 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública.

Essa PEC de autoria do deputado Neuton Lima estabelece algumas alterações na inclusão da carreira dos agentes penitenciários e cria a Polícia Penitenciária Federal e a Estadual. É um anseio da categoria essa regulamentação e uma necessidade. A própria justificativa do projeto da PEC já explica:

(Passa a ler.)

"A iniciativa propõe a alteração do texto constitucional para criar instituições, nas esferas federal e estadual, destinadas a assumir os encargos de guarda, escolta e recaptura de presos condenados ou custodiados pela Justiça.

A pretensão contribui significativamente para o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública ora vigente no país, uma vez que libera definitivamente os integrantes das Polícias civis e militares de encargos em atividades carcerárias. Sabemos que uma parcela vultosa dos efetivos de ambas as Polícias estão mobilizados para a guarda de presos, tanto os que cumprem sentenças de reclusão em instituições penais, quanto os que

permanecem nas carceragens das delegacias durante o andamento dos processos judiciais.

Entendemos que tais encargos são extremamente prejudiciais para a eficácia do sistema de segurança pública como um todo, já que imobiliza, na guarda de presos, os policiais que deveriam estar provendo a segurança da população em atividades de policiamento ostensivo ou na apuração das infrações penais cometidas."

Esse é o texto da justificativa da Proposta de Emenda Constitucional n. 308 do Congresso Nacional, que hoje está sendo debatida nessa audiência pública sobre o sistema prisional.

Defendemos a regularização dessas categorias, do desempenho de suas funções, que hoje está fora do contexto constitucional, sem a proteção, já que o art.144 da Constituição, que trata da segurança pública, prevê polícia federal, civil, militar, rodoviária, bombeiros, e a categoria dos agentes prisionais ainda não consta, mas tem que ter uma legislação específica para a proteção de suas atividades.

Com o fortalecimento dessa polícia prisional, da atividade dos agentes, teremos, com certeza, uma liberação de mais policiais civis e militares que hoje, em muitos estados, municípios e comarcas, ficam com a atividade de guarda carcerário, que não é uma atividade policial. E os policiais devem ser, sim, liberados para as atividades de policiamento ostensivo e para as atividades investigativas que são da polícia judiciária e da civil.

Então, existe o nosso empenho para que essa audiência pública traga resultados e terá o nosso apoio aqui no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A próxima oradora inscrita é a deputada Luciane Carminatti por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente Gelson Merisio.

Neste momento, farei uma pequena apresentação de um vídeo sobre a Universidade Federal Fronteira

Sul. Mas antes quero dizer que realizamos uma audiência pública da comissão de Educação, Cultura e Desporto, no dia 4 de junho, em Chapecó, para discutir os investimentos na Universidade Federal Fronteira Sul e a implantação do curso de Medicina.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Esse é o evento que realizamos no Clube Industrial, lotado, com mais de 400 pessoas presentes, deputados, o presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, a Federação do Comércio de Santa Catarina, Fecomércio, a Associação Comercial e Industrial, Cicon, a Associação Catarinense dos Municípios, Amosc, a Ordem dos Advogados do Brasil, representantes dos movimentos sociais, do Hospital Regional do Oeste, da classe médica, da Associação das Câmaras Municipais, da Prefeitura de Chapecó, da Reitoria e dos estudantes.

Para se ter uma ideia, realizamos a audiência no dia 4, e o anúncio do governo federal se deu no dia 5. Tínhamos uma leitura de que demoraria um pouco mais esse anúncio, mas infelizmente ou felizmente o governo anunciou em tempo recorde a expansão da Medicina no Brasil.

São 2.415 vagas, sendo que nas universidades federais temos 1.260 de cursos novos, 355 existentes e 800 vagas no ensino superior, nas universidades privadas.

Por que estamos dizendo que Santa Catarina merece mais um curso de Medicina? Porque temos apenas um curso de Medicina na capital totalmente público, na Universidade Federal de Santa Catarina. E se imaginarmos, formamos 40 alunos, 40 médicos, a cada seis anos, para um universo de 293 municípios. É por isso que falta médico.

Hoje na tribuna muito se falou do problema da falta de médicos que é ainda mais grave nos municípios de médio e pequeno porte, uma vez que em Santa Catarina 80% dos médicos estão concentrados na região metropolitana da capital.

Então, em Santa Catarina temos uma média de 1,7 médicos por mil habitantes, e em relação a vagas, 8,9. Bem diferente do Rio Grande do Sul que

tem mais, de Minas Gerais, que levou 220 vagas, ou seja, tem muito mais médicos por mil habitantes e mais vagas.

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada em 2009, em 396 municípios, três estados, cinco cidades, sendo que Chapecó é a sede da universidade. Portanto, merece o maior investimento.

Hoje, temos 33 cursos de graduação, oito *lato sensu* e um curso *stricto sensu* de pós-graduação.

Todas as graduações têm um enfoque regional. É por isso que temos as Ciências Agrárias como um centro importante dessa universidade e os cursos específicos de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada região.

São 442 professores, 181 doutores e 243 mestres, para uma universidade que começou em 2009. Dos 405 servidores técnicos, 166, portanto, 40%, graduados, 30% especialistas e 5% mestres.

Essa obra federal tem sido a principal obra do oeste catarinense e também de Chapecó nos últimos 30 anos. E deixa uma folha de pagamento de quase cinco milhões por mês. Só Chapecó leva quase dois milhões por mês, deputado Gelson Merisio. São dois milhões que a nossa Universidade Federal está deixando por mês em Chapecó, para investimento na economia local. É pouco, sim, mas já é muito, depois de 50 anos com uma única universidade na Capital. E isso é graças ao governo Lula.

Nos cinco campi, em 2012, temos 5.095 alunos cursando. Em Chapecó, em 2012, temos 2.034 alunos cursando a universidade. Qual é o perfil dos alunos? Aqui há algo que muito nos orgulha nessa universidade. Quem tem acesso à universidade pública federal são alunos oriundos do ensino médio público. Para termos uma ideia, 97,9% em 2012 são alunos que tiveram, no mínimo, no ensino médio, um ano de escola pública. Esse é um critério.

Quando pensamos a concepção dessa universidade, compartilhamos do conflito de que os pobres neste Brasil, além de não chegar à universidade, quando chegam, têm que pagar. E os filhos dos ricos ou da classe média são aqueles

que também se beneficiam da universidade pública. Então, ganham duplamente. Neste sentido, garantimos que os alunos do ensino médio da escola pública tivessem prioridade, inclusive levando uma pontuação para além da nota do exame. Isso possibilitou que quase 100% dos alunos viessem do ensino público.

Em 2011, portanto, no ano passado, foram concedidos quase R\$ 2 milhões em investimentos somente para bolsas de estudo. Além de não ter a mensalidade, os alunos também recebem uma bolsa benefício para que possam ter então direito a pagar o seu transporte, alimentação ou moradia. No ano de 2012, já foi investido praticamente meio milhão em função de bolsas.

Foram entregues 225 bolsas de extensão, além dos benefícios anunciados, para os alunos que fazem seus projetos de pesquisa e programas de extensão.

Temos em Chapecó praticamente 80 salas de aula. Falta apenas a prefeitura fazer a pavimentação do acesso, que é compromisso assumido pelo prefeito, mas as obras já podem ser inauguradas neste mês. São 80 salas de aula num custo de R\$ 13 milhões, e a maioria das empresas são de Chapecó.

O projeto ainda prevê mais quatro blocos. Várias dessas obras estão sendo edificadas, bem como um restaurante universitário, 13 laboratórios, centro de convivência com auditório para mil pessoas, biblioteca, reitoria, entre outras dependências. Um total de R\$ 106 milhões foi investido por parte do governo federal.

Quanto aos cursos que temos em Chapecó, quero chamar atenção à afirmação de que Chapecó vai ter o curso de Medicina. Pode não ter neste momento, mas terá no futuro, com certeza. Os cursos foram elencados a partir da ideia de se estruturar centros. E um dos cursos implantados foi Enfermagem, justamente para estruturar o Centro de Ciências da Saúde. Não dá para imaginar uma universidade federal com apenas um curso num centro.

Quero deixar o registro da importância que tem essa obra que como tenho dito é a maior obra, sem sombra de dúvida, dos últimos 30 anos para Chapecó não apenas porque deixa R\$ 2 milhões por mês para a economia local, pois esses recursos acabam no comércio, no mercado, na farmácia, nas lojas, mas também porque aquece o setor imobiliário que vende mais apartamentos, casas. Além disso, é claro, essa universidade garante aquilo que é o nosso bem maior, que é o acesso ao ensino superior, à pesquisa, ao mestrado, ao doutorado e à graduação.

Portanto, temos orgulho dessa universidade e estamos fazendo todas as tratativas em Brasília para que Santa Catarina tenha vagas de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Quero registrar o integral apoio à causa da universidade federal e o reconhecimento à grande conquista de Chapecó, do nosso estado e da região neste patrimônio nosso, que é a universidade federal.

O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Como havia dito ontem, esse tempo todo que me mantive longe da Casa me fez acumular os assuntos que devo trazer a esta tribuna. E o primeiro deles é que me sinto no dever de fazer aqui, além do agradecimento, uma prestação de contas do que foi a nossa XVI Conferência dos Legislativos e Legisladores Estaduais, que ocorreu de 29 de maio a 1º de junho na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

Inicialmente, sr. presidente, agradeço a v.exa. porque se conquistamos a essa posição pela vez primeira para Santa Catarina de presidir a entidade, foi no apoio de v.exa., tanto na

realização da conferência no ano passado, quando o nosso estado sediou pela primeira vez a conferência da Unale, como no respaldo que tivemos de v.exa. e de toda a Mesa Diretora em todo processo de encaminhamento e organização para essa XVI Conferência.

Também agradeço aos nossos servidores da Assembleia Legislativa; quero agradecer a todos em nome da Rosana, aos nossos servidores que foram cedidos para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para a organização da Unale e que foram mais uma vez extremamente importantes para o sucesso geral daquela conferência.

Agradeço aos parlamentares de Santa Catarina que lá estiveram, à minha bancada que foi integralmente: deputado Silvio Dreveck, deputado Valmir Comin que exerce a liderança da nossa bancada, deputado José Milton Scheffer, deputado Reno Caramori.

A presença integral da nossa bancada deixou-me muito sensibilizado, bem como a presença do deputado Volnei Morastoni, do deputado Dirceu Dresch, do deputado Gilmar Knaesel, do deputado Serfim Venzon e do deputado Carlos Chiodini, portanto, 25% da nossa Assembleia estiveram lá participando e prestigiando aquele momento.

Ainda agradeço aos demais colegas que justificaram, que tiveram a generosidade de me ligar para justificar a ausência inclusive por aquele momento importante não para mim pessoal, embora não posso negar que foi muito gratificante do ponto de vista pessoal, mas para Santa Catarina, porque presidir essa entidade significa ter a oportunidade de sentar à mesa para discutir temas importantes que estão na pauta e no debate nacional e que interessam ao cidadão catarinense.

O primeiro assunto que vamos pautar nesse período de mandato, que vamos dar continuidade até porque a Unale vem debatendo esse assunto há algum tempo, é essa questão das dívidas do estado. Esse é o primeiro assunto que pautaremos na reunião de diretoria que faremos amanhã, em Brasília, onde definiremos toda essa agenda de trabalho.

Já combinamos com o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que também é presidente do Colégio de Presidentes de Assembleias Legislativas, que estaremos em Brasília para discutir essa agenda que pretendemos estabelecer com a Presidência da República, com a nossa presidente Dilma Rousseff, com os ministros da Fazenda e do Planejamento, com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, para dar continuidade e, principalmente, celeridade nessa questão da renegociação da dívida dos estados.

A Unale, como v.exas. sabem, vem há algum tempo pautando e priorizando esse assunto. O conselheiro Sebastião Helvecio, de Minas Gerais, tem sido um grande colaborador de todo esse processo. Fizemos quatro debates públicos, um em Vitória, no Espírito Santo, outro em Belo Horizonte, outro no Rio Branco, no Acre, e o último em Porto Alegre, ocasião, a partir desse debate, mais a conferência em Natal, em que propusemos uma proposta concreta de renegociação dessa dívida, em que pretendemos trocar o indexador.

Não podemos mais aceitar que diante do momento econômico que o Brasil vive se mantenha o IGPDI mais 6%. Esse é o juro mais escorchante, a maior taxa que se pratica no mundo, acredito. Tanto que Santa Catarina tinha, em 1998, quando renegociou a dívida, um montante de R\$ 4,3 bilhões. Esse era o saldo da nossa dívida quando ele foi renegociado em 1998. Nesse período pagamos R\$ 7,6 bilhões e estamos devendo R\$ 10 bilhões.

Então, é uma dívida que somente cresce. Por maior que seja a parcela, por maiores que sejam os juros, estamos, a cada ano, vendo os cofres de Santa Catarina sangrarem cada vez mais numa parcela maior e a dívida, ao invés de diminuir, está crescendo cada vez mais por conta dessas taxas inaceitáveis, especialmente diante do momento econômico que vive o Brasil.

Temos outros exemplos: Minas Gerais, quando renegociou a dívida em 1998, devia R\$ 14 bilhões, pagou R\$ 20 bilhões e deve R\$ 50 bilhões. Essa é a

situação de praticamente todos os estados do Brasil, e o que queremos é a renegociação já! Queremos que o governo federal troque o indexador de IGPDI para IPCA e que sejam comprometidos, no máximo, 9% da receita dos estados para o pagamento da dívida. Hoje, esse comprometimento é de 13%. Com isso tivemos no passado em torno de R\$ 1,5 bilhão retido dos cofres de Santa Catarina por conta do pagamento dessa dívida que somente cresce contra apenas R\$ 1 bilhão de investimento.

Então, do que se investiu tivemos para o pagamento da dívida praticamente a metade, uma vez e meia dos investimentos que Santa Catarina pode oferecer aos seus cidadãos.

Imaginem v.exas. o resultado que teremos já no primeiro momento, se conseguirmos trocar o indexador e reduzirmos o percentual de comprometimento de 13% para 9%. Isso já nos permitiria, no primeiro ano, uma economia de quase R\$ 400 milhões, o que daria para ampliar significativamente a capacidade de investimentos do nosso estado.

Esse é um assunto que vamos tocar e encaminhar na reunião de amanhã. Pretendemos, para a primeira semana de julho, conclamar aos parlamentares para estarmos em Brasília, a fim de encaminharmos esse processo que as Assembleias Legislativas vêm discutindo através da sua representação há quase uma década, desde que começamos a perceber que esses juros eram abusivos.

Entendo que é chegado o momento de dizermos à Presidência da República que não dá mais para esperarmos, pois os estados não suportam mais, até porque a carga de responsabilidade tem sido cada vez maior, como o ônus repassado para os estados por conta de compromissos que a própria união não cumpre, e aí acho que a questão da saúde exemplifica bem isso.

Se analisarmos essa questão, hoje os estados e municípios são os únicos que estão efetivamente cumprindo, na sua maioria, os mínimos investimentos constitucionais em saúde, enquanto que a união, que deveria investir 10%, não cumpre a sua parte, além dessa concentração cada vez

maior da receita pública do Brasil nas mãos do governo central.

É preciso deixar claro que essa não é ação exclusiva do atual governo. Eu não estou tecendo nenhuma crítica ao governo da presidente Dilma Rousseff, até porque esse processo todo vem se constituindo de 1988 para cá.

Desde a promulgação da Constituição estamos percebendo que os sucessivos governos federais vão fazendo a sua reforma tributária, porque vão instituindo taxas e contribuições, aquelas que não precisam compartilhar com estados e municípios, assim resolvendo os seus problemas de caixa, transferindo responsabilidades e deixando estados e municípios em situação cada vez pior.

Precisamos, então, retomar e encaminhar esses assuntos. E é chegada a hora, porque estados e municípios estão cada vez comprometendo mais as suas finanças sem ter condições de cumprir com os seus compromissos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, à noite, às 19h.

Está encerrada a sessão.